

O AFETIVO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS PEQUENAS UNIDADES URBANAS DE PRODUÇÃO EM JOÃO PESSOA

Eliana Monteiro Moreira

Este artigo trata de um dos aspectos estudados em nossa pesquisa sobre a pequena produção urbana em João Pessoa (Moreira, 1994) que tem por objetivo mostrar, a partir do relato dos próprios sujeitos, como se dão as relações de trabalho no interior desses espaços produtivos. Vimos que estas são marcadas por fortes tons afetivos e que também a ética familiar desempenha um papel fundamental na “gestão” dessas relações e em nome dela são cometidas práticas de contravenções e irregularidades no que se refere aos direitos do trabalho.

Partimos da hipótese de que a forma como os sujeitos estruturam os espaços e os tempos produtivos nesses universos que são contíguos com os espaços e tempos domésticos, influencia a construção de representações e idealizações acerca do sentimento de liberdade e de autonomia vivenciados tanto em relação ao processo de trabalho, como acerca do ambiente produtivo em geral, fazendo com que os mesmos não percebam as relações reais de exploração contidas na afetividade que reveste o relacionamento dos sujeitos aí inseridos.

Faremos a apresentação de como estas questões se colocam em dois setores produtivos estudados, o da alimentação e da confecção, à partir de

uma amostra de trinta e oito entrevistas semi-estruturadas, realizadas com proprietários e trabalhadores, com ou sem laços de parentesco entre si.

O setor de alimentação

O que observamos no universo produtivo de nossa pesquisa não constitui uma realidade muito diferente da que podemos encontrar em outros espaços de trabalho. Lá onde existe também contiguidade dos locais de trabalho e de habitação, há a predominância de uma distribuição desigual do tempo, das tarefas e das responsabilidades, quer se trate de mulheres ou de homens, e independentemente dos eventuais laços de parentesco.

Como o setor de alimentação se caracteriza por uma presença predominante de homens, as tarefas de produção e de comercialização são repartidas unicamente entre eles. Isto quer dizer que eles ocupam as tarefas mais dinâmicas da unidade produtiva, aquelas que lhes permitem realizar um trabalho rotativo

Um dos fatores que influencia a posição dos homens na unidade produtiva é o de tentar aumentar a produção para além das fronteiras domésticas, o que foi possibilitado pela introdução da mecanização. No setor de alimentação, a mecanização explica em parte o deslocamento da mulher para tarefas rotineiras e monótonas, como a embalagem, a arrumação das formas, os cuidados com a limpeza dos espaços produtivos. Entretanto, há aí, mulheres, aquelas que estão à frente dos negócios, que dispõem ainda de um espaço bastante amplo de intervenção no trabalho e nas atividades que lhe dão apoio. É o caso de uma proprietária viúva que trabalha com os filhos numa pequena unidade de produção de bolos e biscoitos "*coloco madeira no fogo, corto os bolos, coloco os bolos nas formas, eu faço tudo (...)*".

O processo de produção é, portanto, uma tarefa que ela assume apenas em caso de necessidade, daí o seu seu sentimento de satisfação e de realização pessoal e sua concepção positiva do trabalho realizado.

Mas se esta proprietária tem a possibilidade de intervir na produção, nas horas de "pique", a maioria das entrevistadas situadas na mesma posição em outras unidades de produção se limitam a realizar tarefas produtivas determinadas.

No caso de outra entrevistada, por exemplo, embora ela seja responsável pelo êxito econômico da padaria registrada que ela tem com seu marido, ela continua a fabricar as tortas, razão de ser de seu sucesso, e a arrumar a padaria sem ter outro tipo de participação na dinâmica do conjunto das atividades da pequena unidade, uma vez que estas lhe são proibidas por seu marido. Se esta postura do marido alimenta o projeto de se estabelecer por sua própria conta, outras mulheres ficam imobilizadas pela rotina devido às relações familiares existentes, como é o caso da filha de um proprietário de uma pequena unidade produtora de bolachas:

"Meu serviço é ruim, porque todos os dias eu faço a mesma coisa. Estou chateada! Não muda nunca! Esta história de embalar bolachas (...) é muito monótono! (...). Se a gente pudesse trabalhar uma certa hora numa atividade, e depois mudar para uma outra... seria outra coisa! Mas isto não é o meu caso: O que me causa aqui, é justamente a ausência de novidades no trabalho. Eu faço a mesma coisa todo tempo(...)."

Mas são sobretudo os homens que explicitam como é feita a divisão das tarefas, como se eles quisessem justificar a centralização das responsabilidades nas mãos dos proprietários e de seus filhos. Um exemplo é o do sr. Augusto, proprietário de uma unidade de alimentação, que fala nesses termos sobre a participação de sua mulher, D. Lucila, no trabalho:

"No fundo é uma questão de conhecimento que eu tenho do mundo exterior, mas não ela; (...) eu achei melhor, então, não implicá-la nos problemas externos da empresa: do banco, dos encargos sociais, das compras e das vendas, tudo isso (...) Então, sou eu unicamente que me ocupo de toda esta parte externa. (...) Isto não é interessante para ela! (...)"

Fica claro que é ele quem decide tudo, quem determina quem deve fazer as atividades, quem julga a falta de experiência da esposa e da sua não preparação para ocupar de certos tipos de funções e de responsabilidades. Foi ele que achou conveniente afastá-la dos serviços externos. Quais? Justamente aqueles que a colocaria seguramente a par do movimento financeiro da unidade... Por isso, era-lhe fundamental controlar as atividades de sua esposa, "poupando"-lhe estas responsabilidades e reservando-lhe alguma coisa de mais "compatível" com sua falta de experiência e de conhecimento.

Sr. Marcos, outro proprietário de uma pequena unidade que fabrica bolos, cujo espaço de trabalho também funciona em contiguidade com o espaço doméstico, coloca em evidência como a divisão de tarefas no espaço produtivo se superpõe às atividades domésticas, o que não deixa de multiplicar as obrigações da mulher. E ele assim coloca em seu discurso:

"De fato, é ela praticamente o chefe da casa. (...) É ela quem assume a responsabilidade financeira da produção. (...) Eu quase sempre combino tudo que eu vou fazer com ela. (...) É como se eu dependesse dela, a senhora compreende? Eu procuro sempre sua participação. (...) Até se poderia pensar que eu não sei trabalhar, não é? Mas é porque eu prefiro realmente fazer assim, a senhora compreende?"

Elogios tão enfáticos, talvez não passem de hábeis mecanismos para estimulá-la a conservar diante de tudo e de todos esta imagem de mulher infatigável, cheia de iniciativas, e que até possuiria domínio total dos negócios.

Esta situação de acumulação e de superposição das tarefas é mais forte e constante nas unidades onde há presença de homens e de mulheres. A junção das atividades é responsável pela maioria dos casos de acumulação do trabalho e da pulverização do tempo para a mulher. É nesta direção, aliás, que convergem as análises de Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel E Sonthonnax (1984) sobre o trabalho doméstico na França e de Paiva Abreu (1993) sobre a sub-contratação no Rio de Janeiro.

É necessário destacar que entre os entrevistados houve casos, também, onde o casal dividia as responsabilidades das tarefas consideradas de valor para o prestígio do nome e para a estabilidade do negócio. Tivemos mesmo o proprietário de uma pequena padaria que acompanhava, tanto quanto sua esposa, o pagamento dos salários e das compras da unidade produtiva. Isto fazia com que ela tivesse o sentimento de ter em mãos não somente o controle dos negócios como também transmitisse um a imagem de poder e de equilíbrio.

Tarefas como a entrega dos produtos, antes realizadas pelos praticistas, ou o abastecimento de matérias primas, passam agora a ser asseguradas pelos filhos de certos proprietários, sobretudo nas unidades do setor alimentar. Isso tende a alimentar no seu imaginários a aspiração de tornarem-se pequenos produtores e comerciantes.

A divisão das atividades produtivas que nós terminamos de ver não faz senão reproduzir a divisão sexual do trabalho encontrada na sociedade brasileira como um todo, e não seria numa cidade do Nordeste, onde os valores machistas são ainda tão fortes, que iríamos encontrar algo diferente nesta estrutura cristalizada. Mas não é só isto que conta. O que é também importante é a dimensão simbólica que a sustenta e que se torna uma das engrenagens da formulação das imagens em relação ao trabalho, ao espaço e tempo de produção.

É certo que esta desigualdade diante das responsabilidades, decidida pelos homens, coloca em evidência apenas os aspectos discriminatórios e injustos encontrados nestes lugares de trabalho e percebidos pelos próprios participantes, que não se sentem, entretanto, impedidos de ter o projeto de se instalar por sua própria conta e de concretizar assim as idealizações em relação ao trabalho, que é o de se tornar pequeno produtor independente.

O papel das relações de parentesco

Um dos traços dominantes da pequena produção é sua estrutura de base familiar. Se isto de um lado garante o funcionamento dos negócios, independentemente de recorrer à mão de obra assalariada, de outro, ela constitui um terreno fértil para as práticas de trabalho fora da lei. A ambiguidade do seu estatuto jurídico representa apenas um dos sinais do não respeito às normas. Isto não significa, no entanto, que nas unidades produtivas registradas, a legislação seja seguida ao pé da letra.

Foi observado, por exemplo, que os trabalhadores-parentes destas unidades de produção são submetidos a pressões concernentes à jornada de trabalho, à realização das atividades e à remuneração.

Quanto à jornadas de trabalho ela se organiza de acordo com o ritmo da demanda dos clientes, o que impõe horários de trabalho ilimitados que não respeitam as pausas de alimentação, nem os dias, nem as noites, nem mesmo a necessidade de repouso.

O filho do proprietário de uma unidade de bolachas e biscoitos se refere com revolta à desconsideração do ficar muitas vezes sem hora para se alimentar. Outros se referem ao mal estar provocado por não disporem de um ritmo fixo de trabalho, outros ainda reclamam da remuneração insatisfatória.

É assim que a fábrica é às vezes descrita como sendo o lugar onde se respeita o tempo, os horários, ao contrário do que se passa no espaço produtivo das pequenas unidades. Quer se trate de mulheres, de jovens auxiliares-parentes ou de assalariados, escutamos constantemente expressões que traduzem estas dificuldades sentidas.

Vejamos agora de que forma os proprietários encaram estas questões. Uns, como foi o caso do proprietário de uma fábrica registrada de vinagre, dava ênfase à socialização no trabalho, tentando aplicar o que ele aprendeu desta experiência, a seus filhos e esposa. Este proprietário, fazendo um recuo no tempo, nos contou como seu pai pagava sua participação na indústria de vinho e o quanto esta experiência lhe serviu na educação de seus próprios filhos:

"Meu pai jamais determinou o quanto eu iria ganhar; eu não tinha salário (...). Só depois que eu me casei que eu comecei a receber salário. Sòmente depois (...). Com meus filhos, foi a mesma coisa, eu jamais discuti salário com eles. Mas, em contrapartida eu procurei sempre lhes dar educação. Hoje eles todos estão formados, com excessão de dois, mas que se formarão em breve (...)."

Outros proprietários procuram justificar o não pagamento dos salários devido a má situação da unidade, como também à imagem de aprendizes atribuída aos jovens ajudantes.

Esta distinção entre filhos-aprendizes e outros trabalhadores encontra seu fundamento numa ética familiar que vai permitir também remunerações apenas simbólicas. De fato, a substituição do salário por presentes, roupas ou sapatos, por exemplo, ou por qualquer outro gesto de doação, frequentemente utilizado em relação aos trabalhadores, são meios de "abrandar" as relações de trabalho.

Os gestos e a maneira de tratar os trabalhadores substituem as relações de trabalho. As relações afetivas apagam os conflitos que podem existir com o patrão, com todas as consequências que se pode supor sobre a construção da identidade do trabalhador.

Foi o que constatamos na ocasião das entrevistas com assalariados de algumas unidades registradas de alimentação que faziam referências as mais positivas sobre o próprio trabalho, sobre o ambiente descontraído e livre e

sobre o tratamento recebido, o que reverte o esteriótipo do patrão repressivo, duro e distante. De fato, dificilmente os trabalhadores podem pensar ou dizer outra coisa uma vez que o patrão lhes dá o que eles mais sonham : uma possibilidade de também se tornarem no futuro pequenos produtores.

Um acordo hábil, sem dúvida, no seio de um ritual que deixa antes de tudo a impressão de camaradagem e de amizade.

Assiste-se aqui, de uma maneira notável, o que Bourdieu (1976) chamou com muita pertinência de “violência doce”. Fazendo análise das formas de dominação em algumas comunidades africanas estruturadas igualmente sobre laços da mesma natureza, este autor escreve:

“Neste sistema só há duas maneiras, que no final se traduzem numa só, de manter alguém de forma mais durável: o dom ou a dívida, obrigações abertamente econômicas da dívida ou as obrigações “morais” e “afetivas” criadas e preparadas para a troca; enfim, a violência aberta (física ou econômica) ou a violência simbólica como violência censurada e eufemizada: isto é irreconhecível e reconhecida”.

E Bourdieu acrescenta:

“É necessário saber perceber uma relação inteligível - e uma contradição - entre estas duas formas de violência que coexistem na mesma formação social e às vezes na mesma relação: isto porque a dominação só pode se exercer sob a forma elementar, isto é, de pessoa à pessoa, que ela não pode se realizar abertamente e que ela deve se dissimular sob o véu das relações encantadas, cujas relações entre familiares oferecem o modelo oficial, em uma palavra, se fazer irreconhecível para se fazer reconhecer (...)”.

Há um tal abrandamento da violência nestes espaços percebidos como afetivos e descontraídos, que é finalmente a idealização do espaço industrial, anteriormente negado, que retorna com força na fantasia dos trabalhadores assalariados por nós estudados. De fato, embora existam relações afetivas, os assalariados mesmo recebendo presentes no lugar de pagamento, não perdem o sentido de realidade, como deixa claro um jovem trabalhador de uma unidade produtiva de bolos:

“(...) É bom o trabalho aqui, mas somente quando a gente é de menor, porque se está contente com qualquer coisa (...). Mas é um trabalho onde

não se tem carteira de trabalho nem nenhum direito (...). É por isto que eu prefiro a fábrica, lá se tem direito a férias, e se tem outros tantos direitos, a senhora compreende? Um salário e um emprego fixo, um emprego sério. É por isto que prefiro a fábrica (...)

Trata-se então de um tempo e de um espaço que são postos em questão nestas imagens, e é exatamente por esta razão que a unidade familiar de produção é percebida, algumas vezes, como alguma coisa de efêmera, o que alimenta em alguns assalariados o projeto permanente de trabalhar em uma fábrica.

Como eles não se dispõem a entrar em conflito com os pais ou parentes, ou com os proprietários no caso dos assalariados, as referências sobre os parentes empregadores são, na maioria dos casos, sempre positivas. É comum representá-los como verdadeiros parentes, verdadeiros amigos, sendo então obrigados de, em caso de alguma insatisfação, fazer uso de mil justificativas, o que mostra a dificuldade que sentem de encarar os familiares ou empregadores como integrantes do grupo social dos fornecedores de emprego, com todas as implicações que decorrem desta classificação. É assim que eles mostram o desejo por soluções individuais, que dificilmente levarão a mudanças em suas situações pessoais e ainda menos no meio social a que eles pertencem.

No que tange aos proprietários, os presentes, os donativos e a flexibilidade de horário que permite aos empregados terem outras atividades remuneradas ou então se instalarem por sua própria conta, todos esses aspectos representam uma maneira de abrandar o peso dos direitos dos trabalhadores que não são respeitados, de disfarçar a exploração, e ao mesmo tempo de enriquecer a fantasia ligada a imagem do mestre artesão.

A ética familiar

É impensável, então, para os filhos colocar em questão as atitudes de seus pais. Mesmo que percebam e critiquem os aspectos anárquicos do trabalho, o não respeito dos horários, o baixo nível de remuneração, ou às vezes a ausência total de pagamento que, no fundo, não passam de mecanismos de exploração sentidos de uma forma mais ou menos consciente, mas sobre os quais se silencia ou se procura soluções indiretas, como é o caso de buscar emprego fora da unidade produtiva ou então tornar-se o fornecedor do próprio pai.

Assim, através dos discursos dos entrevistados do setor de alimentação, proprietários ou auxiliares, parentes ou não, o que se observou foi uma espécie de jogo estratégico: aquele de uma cumplicidade silenciosa, regulamentada pela ética familiar, onde funcionam alternadamente a instrumentalização e os afetos. Trata-se talvez de uma maneira de tornar suportável esta situação enquanto se espera por um futuro distante e sempre protelado.

Vejamos agora o que se passa no setor da confecção.

O setor de confecção

Convém lembrar que a força de trabalho do setor de confecção é constituído exclusivamente por mulheres. Elas compõem o grupo tanto das proprietárias como das auxiliares, parentes ou assalariadas.

O discurso competente: a arte no trabalho

Diferentemente do setor alimentar, a organização do trabalho no setor da confecção, a divisão das tarefas e das responsabilidades se dão de uma forma mais nitida, seja nas unidades registradas ou não. O que aparece sempre nos discursos dos sujeitos é uma argumentação favorável à centralização das responsabilidades nas mãos da proprietária e das auxiliares que têm com ela laços de parentesco. De fato, o corte - momento mais importante do trabalho na confecção -, a prova e também a administração do estabelecimento ficam sob a responsabilidade direta da proprietária, e fazem parte de seu domínio exclusivo por razões de competência e da posição que ocupa na unidade produtiva. As auxiliares-parentes ficam as tarefas que colocam a unidade econômica em relação com o exterior: pagamentos, compra, encomendas. As auxiliares assalariadas são atribuídas a embalagem e o acabamento das peças, atividades e tarefas, portanto, mais fáceis de executar

Os discursos das proprietárias são geralmente fortemente egocêntricos. Eles se constroem em torno da questão da competência profissional, da criatividade que possuem e da originalidade do estilo que elas imprimem a suas confecções.

Na confecção, onde as referências à dimensão do espaço são quase ausentes - talvez em razão da qualidade das casas, que, em geral, têm peças mais amplas e mais numerosas -, a dimensão do tempo ao contrário está presente como um aspecto fundamental para o êxito do trabalho. Daí a preferência pelo estilo pronta-entrega que, por ser mais rápido no ato de executar, responde melhor ao ritmo do tempo, segundo a concepção de certas profissionais da moda.

O tom dinâmico do discurso de auto-elogios, dando ênfase ao reconhecimento público da qualidade da marca, é reforçado nas verbalizações das proprietárias das unidades registradas. Aqui o perfil do profissional é traçado pelo trabalho feito com arte. Ele exprime a criatividade e a originalidade do produtor, e implica um tal investimento pessoal que ele adquire um sentido simbólico muito forte, onde o criador se confunde com sua criação. A imagem do trabalho é então a imagem do eu:

"(...) É por isto que digo para senhora que é uma arte, porque ele (o trabalho) é alguma coisa que vem de você mesmo (...)"

Na confecção, a qualidade, a estética, a originalidade têm um papel central e por conta disto os projetos são muito ambiciosos: ter uma marca reconhecida que ultrapasse as fronteiras do local da produção. Nas falas de algumas das proprietárias há referências críticas à estandarização e à costura em grande escala, esta entendida como um grande obstáculo à criatividade e à livre expressão.

A centralização das tarefas pela proprietária não simboliza somente sua carta da recomendação, ela é também, para algumas delas, um mecanismo para evitar a socialização de um saber especializado, como é o caso do corte. Se este saber é partilhado, corre o risco de tornar-se um elemento para que a mão de obra exija melhores salários ou que ela deixe a unidade para encontrar fora alguém que a empregue no nível de salário pretendido. Assim, guardar os segredos de certas atividades produtivas é um meio de rebaixar os salários pagos e uma maneira de se defender contra a concorrência e é também uma característica dos períodos de crise, mais ainda, isto nos lembra as antigas corporações artesanais da Europa, tão bem descritas por Huberman (1981) e Jaegler (1982), em que um dos momentos mais característicos é justamente aquele onde os mestres começam a deter o controle total e exclusivo de certas etapas do processo produtivo, que eles chamam o "segredo do metier".

Controle do saber, das responsabilidades, o partilhar das tarefas da prova, do acabamento e do engomar com as não especialistas. Como estas auxiliares, parentes ou assalariadas, percebem esta divisão das tarefas? Que concepções elas fazem de si mesmas?

"(...) Nós nos sentimos como estando numa prisão, não se tem nunca pausa para nada, a senhora sabe? As pessoas são muito exigentes, eu não sei por que... Eu não gosto disso! (...) É sufocante! A costura exige muito da gente. É muito fatigante! Exige muito esforço(...)"

Este sentimento de opressão de um tempo homogêneo e opressor, sentido por algumas auxiliares assalariadas em função das tarefas repetitivas e sem criatividade, torna-se mais forte por conta do baixo nível de remuneração. As auxiliares parentes, tal como acontece no setor de alimentação, não conhecem melhores formas de remuneração, daí frequentemente desejarem encontrar um emprego fora ou realizar na própria unidade produtiva toda uma série de atividades suplementares.

A insatisfação das assalariadas é contornada pelas proprietárias perspicazes através de estratégias que tomam a forma de tratamento amistoso de dividir a clientela, para que as assalariadas possam trabalhar por sua própria conta. Tal como no setor alimentar, estes procedimentos só fazem adiar para mais tarde o afrontamento direto dos conflitos. Estas práticas afetivas desenvolvidas em relação às assalariadas fazem com que as relações de trabalho tornem-se frouxas, principalmente quando a solução apresentada para enfrentar os baixos salários é aquela de tornar flexível o horário de trabalho, de maneira que a auxiliar assalariada possa ela mesma ter seu próprio negócio. Esta solução parece ser a melhor para ambas: a proprietária não pagando o que não pode e facilitando à sua auxiliar ascender socialmente, através do acesso a sua própria unidade.

Esta postura tem efeitos sobre o imaginário das assalariadas, sobretudo quando se sabe que em geral elas vivem em situação sócio-econômica bastante dura. O trabalho por conta própria torna-se para elas uma espécie de solução que permitirá se distanciar das difíceis condições nas quais elas vivem no presente.

O tempo no trabalho, o trabalho no tempo

Ao contrário do que observamos no setor alimentar, a dimensão tempo desempenha na confecção um papel capital. O tempo da moda, o acompanhamento das novidades, tudo isto é importante para não se ficar desatualizado. Trabalhar com a moda e trabalhar, continuamente, com o tempo e a experiência. Dai a busca por uma atualização constante.

A atualização é uma maneira de permitir a expressão da criatividade, de assegurar a singularidade e de evitar a estandarização. Vive-se no hoje o amanhã, dialoga-se com um outro cronos, o tempo presente e o tempo futuro.

Para acompanhar a rapidez do tempo, responsável pela mudança de estilo, alguns proprietários escolhem paradoxalmente a pronta-entrega e fazem apelo à máquinas ágeis; elas assim se livram do peso do trabalho criativo e singular para substituí-lo pela quantidade, que repete ao infinito um mesmo modelo, o que caracteriza todo o trabalho em grande escala.

Não se tem mais tempo a consagrar ao trabalho personalizado, como nos ateliês tradicionais, onde predomina a confecção de modelos singulares, exclusivos, cheios de detalhes e de refinamentos, cujas concepção e criação absorvem todos os momentos do tempo das trabalhadoras. Ali, as máquinas só entram como acessórios que não rivalizam com as mãos hábeis e cuidadosas das costureiras. Estas, que constituem o eixo central da produção, conduzem todo o processo com suas aspirações, escolhas e trocas de idéias. O sujeito mergulha inteiramente no ato produtivo e define seus próprios ritmos e cadências de trabalho.

Com a pronta entrega, o processo se inverte. As máquinas ágeis substituem o ato criativo pela estandarização e a repetição das peças; o sujeito torna-se acessório e deve dali em diante seguir um ritmo em conflito com o acabamento estético da roupa.

Assim, as valorizações do trabalho enquanto arte e criatividade começam a ceder lugar ao ritmo racional que garante o lugar no mercado consumidor. As habilidades pessoais passam para o segundo plano, as máquinas mais modernas ganham a prioridade, a rapidez torna-se a norma.

A outra face das mudanças com a expressão mais personalizada do trabalho e que é submetida atualmente às pressões do ritmo industrial, é a imposição de uma outra organização do tempo de trabalho, o afastamento

das auxiliares mais habéis e a retomada dos ateliês. De fato, observamos ao longo de nossa pesquisa que a jornada de trabalho se organiza de maneira a permitir às auxiliares terem tempo disponível para se ocupar de um ateliê delas próprias.

Estas mudanças nas relações de trabalho, minimizando as pressões que decorrem das irregularidades em relação à lei, assinalam a concretização de um sonho percebido como distante, aquele de possuir seu próprio ateliê de costura.

Do exposto depreende-se que alimentando a ética familiar, os proprietários imobilizam seus parentes e evitam a confrontação que, neste contexto, não podem de nenhuma forma se manifestar por conta do cumprimento das obrigações afetivas e dos deveres familiares.

Da mesma forma, porque se trata de trabalhadores parentes, os laços de gratidão e de obrigação moral, interiorizados depois de tanto tempo, são extremamente difíceis de desfazer. Os laços afetivos de camaradagem e de solidariedade impedem os trabalhadores de ambos os setores se lançarem em ações judiciais para restabelecer os direitos perdidos.

Além disso, a dispersão e a heterogeneidade das unidades produtivas impedem a construção de uma identidade profissional e de práticas de caráter mais coletivos para questionar as irregularidades existentes. Descontentamentos sobre o individualismo dominante neste meio foram observados em sujeitos pertencentes a estes espaços produtivos, quer se trate de proprietários ou de trabalhadores.

Transformando as relações de trabalho naquelas de companheirismo, os proprietários dos dois setores abafam os conflitos e estimulam nos trabalhadores a imagem de um empregador que não é mais percebido como diferente, mas como semelhante, que partilha os mesmos interesses e os mesmos projetos.

E assim se vê confirmada nossa hipótese de trabalho sobre o silêncio a respeito das irregularidades nas pequenas unidades produtivas, tendo em vista as formas diluídas que essas assumem na "coreografia" afetiva da gestão das relações, bem como na forma como os sujeitos idealizam a organização do tempo e do espaço no cotidiano dessas unidades produtivas.

Bibliografia

- BATTAGLIOLA, Françoise. Employés et employées - Trajectoires professionnelles et familiales. In **Le sexe du travail**. Grenoble: PUG, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. Les modes de domination. In **Actes de la recherche en Sciences-Sociales**, 2-3, 1976.
- CHABAUD-RICHTER, Danielle, FOUGEYROLLAS SCHWEBEL, Dominique e SONTONNAX, Françoise. **L'espace et le temps du travail domestique**. Paris: Meridien, 1985.
- HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- JAEGLER, Christine. **Artisanat et Capitalisme l'envers la roue de l'histoire**. Paris: Payot, 1982.
- MOREIRA, Eliana Monteiro - "**Non, je ne veux plus être le serf de personne**" : le cas de la petite unité de production à João Pessoa. Tese de doutoramento em Sociologia. Université de Picardie, Amiens: 1994.
- PAIVA ABREU, Alice R. e SORJ, Bila (org.). **O trabalho invisível: estudo sobre trabalhadoras à domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.